

Constituinte revela novo PT

Sem baderna ou radicalismo, partido dialoga e avança

MARBA FURTADO
Da Editoria de Política

Um Partido dos Trabalhadores menos radical, disposto ao diálogo e com imensa assiduidade aos trabalhos das subcomissões e comissões temáticas ocupou seu espaço na Assembleia Nacional Constituinte surpreendendo à direita e às próprias bases. Para quem esperava um PT barulhento e baderneiro (estigmas atribuídos, segundo as lideranças, pelas forças opostas) ele se apresentou até excessivamente polido. Para os que apostaram na tradicional "coragem" dos 12 membros de sua bancada, o Partido foi além das expectativas.

O "barulho" dos petistas dentro da Constituinte foi uma previsão descartada pelo próprio presidente do partido, Luiz Ignácio Lula da Silva, em plenário. "Não vim aqui para discriminar ninguém. Vim para dialogar com todos que estejam dispostos a fazer avançar as causas da classe trabalhista", ressaltou Lula em seu primeiro discurso na Assembleia. Ele anunciava com estas declarações que o PT "não vinha para dar golpes", como lembra o vice-líder Plínio Sampaio, "mas disposto a buscar formas de entendimento".

Plínio Sampaio reconhece que Lula foi o grande responsável por esta nova forma de trabalhar assumida pelo PT dentro do Congresso Constituinte e ressaltou a competência da bancada que tem conseguido destacar o Partido como força de esquerda. "Esta imagem colocada pela direita, de um PT baderneiro, sem interesse pela Constituinte e sem responsabilidade já não existe. As centenas de cartas recebidas por Plínio Sampaio, desde que a Constituinte foi instalada, são as provas que ele apresenta como reconhecimento das bases do posicionamento do PT.

AMADURECIMENTO

"O PT amadureceu". Esta é a conclusão de Plínio Sampaio, após analisar a caminhada de sete anos do partido. Dentro deste quadro, ele vê espaço para intelectuais e operários, negando a avaliação do deputado Delim Netto (PDS-SP) de que o PT "finalmente conseguiu se livrar da vanguarda intelectual e se transformar realmente em um partido operário. "Não há antagonismo neste sentido. Isto não existe", afirma o vice-líder. "Acontece que o PT trouxe para a Constituinte uma série de propostas que traduz a forte dose de experiência da luta operária captada pelo nosso trabalho.

O amadurecimento do PT, segundo Plínio, se verifica exatamente no avanço conseguido pelo Partido no

momento em que conseguiu ver acolhida grande parte de suas propostas graças ao poder de diálogo e entendimento com outras forças.

ENCONTROS

Lula ao lado do deputado Afif Domingos (PL-SP), no gabinete de Ulysses Guimarães, para negociar matérias de interesse comum, parece uma cena inusitada. Lula almoçando com o líder do PDT na Câmara, deputado Brandão Monteiro (RJ), foi um quadro que chegou a gerar a expectativa de encontro do presidente do PT com o presidente do PDT, Leonel Brizola. Estes e muitos outros encontros que vêm acontecendo, dentro ou fora do Congresso Nacional, são fotografados e filmados pelo Partido dos Trabalhadores. O "final feliz" esperado é a elaboração de uma Constituição progressista.

A articulação de forças progressistas é uma das tarefas em que se empenha atualmente o PT. "É preciso criar condições para que a população organizada pressione a Constituinte em função de seus interesses", diz outro vicediretor do Partido, deputado José Genoíno (SP).

SUGESTÕES

Entre propostas e emendas às subcomissões e comissões, o PT contabiliza cerca de 3 mil matérias. Da bancada, os que mais apresentaram sugestões à Constituinte foram os deputados João Paulo e Virgílio Guimarães (MG). Cada um encaminhou à Mesa da Constituinte 33 sugestões.

As sugestões foram desmembradas do projeto de Constituição da República Federativa Democrática do Brasil, elaborado pela bancada e apresentado por Lula à Mesa da Constituinte. O resultado concreto da atuação do Partido, neste momento, conforme destaca Plínio Sampaio, é a ver grande parte deste projeto de Constituição acolhido nos anteprojetos das oito Comissões temáticas. Principalmente no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores, direitos e garantias individuais e poder judiciário. "Habeas Data", "Habeas Corpus", Mandado de Segurança, Ação Popular, direito de greve, redução da jornada de trabalho, agrupamento dos Municípios em Áreas Metropolitanas, entre outras.

Além disto, o Partido está envolvido em pelo menos 10 encaminhamentos de propostas de emendas de participação popular e de uma especial atenção a duas, das Diretas-Já e dos direitos dos trabalhadores, segundo José Genoíno. O PT se envolve ainda na coleta de assinaturas para propostas como a de reforma agrária, da reforma urbana e de democratização dos meios de comunicação.



Lula dá o tom na ação parlamentar do PT. Genoíno, ex-guerrilheiro, hoje negocia

Intelectuais ajudam, de fora

Da Sucursal

São Paulo — O cientista político Francisco Wefort passou de secretário-geral do PT e um de seus mais influentes intelectuais à condição de opositor com ideias conflitantes às do presidente nacional do partido, Luiz Ignácio Lula da Silva. Eduardo Suplicy, membro do diretório nacional do PT e ex-deputado federal, está "recarregando as baterias", estudando economia e dando aulas na Fundação Getúlio Vargas.

Os dois foram derrotados nas últimas eleições ocorrendo respectivamente à Assembleia Nacional Constituinte e ao governo do Estado. E ao contrário do que se esperava, ambos não estão participando efetivamente da elaboração

da nova Constituição junto à bancada federal do PT. Para Suplicy isso não significa que as lideranças sindicais estejam dominando o partido, porque também há intelectuais com destacada atuação na Constituinte. Entre eles cita os deputados do PT de São Paulo, Plínio de Arruda Sampaio, Florestan Fernandes e Irma Passoni. "Há uma interação entre as forças operárias e intelectuais, apesar das dificuldades políticas e até pessoais, como no caso do afastamento de Wefort", comentou Suplicy.

Já o seu distanciamento da bancada — do PT na Constituinte, o ex-deputado federal, pai do roqueiro Suplicy e marido da sexóloga Marta Suplicy, explicou que só ocorre devido à im-

Rolleberg: o povo gosta dos tiranos

Convencido de que "o brasileiro médio tem singular estima pelos tiranos" e de nossa "inclinação quase racial pela figura do chefe supremo, seja o soba africano ou o tuchau indígena", o senador Francisco Rolleberg (PMDB-SE) está apostando em que o povo rejeitará o sistema parlamentarista, caso seja aprovado pela Constituinte.

Como o senador Marco Maciel (PE), Presidente do PFL, Rolleberg está preocupadíssimo com o neoparlamentarismo, aprovado pela Comissão de Organização dos Poderes. "Os híbridos, geralmente, são estereis. E o que ocorre na biologia pode acontecer na política".

REGIME

Na opinião do senador do PMDB e um erro atribuir-se ao sistema de Governo as crises ocorridas no presidencialismo. Elas foram consequências da realidade econômica e social e ninguém pode garantir que seriam maiores ou menores no parlamentarismo.

"Nosso defeito — assegura — não está nas instituições políticas, postas de lado as aventuras totalitárias, mas na falta de maturidade do nosso sincretismo racial, religioso, político e social. Não se pode negar que o brasileiro médio tem singular estima pelos tiranos, como aconteceu com Floriano Peixoto", o "Marechal de Ferro", e Getúlio Vargas, o "Pai dos Pobres", por exemplo".

Essa simpatia pelo chefe era constatada, com facilidade, nos Estados. A vocação do povo é presidencialista, enquanto a minoria intelectual e artística revela predominância parlamentarista. "destemerosa de uma ditadura congressual, que não é menos perigosa do que uma ditadura presidencial".

Em discussão, o futuro das instituições

No próximo final de semana, um grupo de pessoas vai se reunir no Rio de Janeiro para discutir a evolução da "situação institucional" do País a partir de três pontos: a punição do coronel aviador José Agostinho Maciel por sua crítica ao governo em artigo no *Journal do Brasil*; a edição do novo Cruzado; e a nova fase de trabalhos da Constituinte.

A discussão não será aberta, mas vai reunir representantes de vários setores da vida brasileira, como empresários, profissionais liberais e militares da Aeronáutica, Marinha e Exército — a representação militar inclui pessoas de ativa e da reserva. Um ponto comum em todos os participantes: "o futuro das instituições".

Com essa preocupação, eles se reúnem há alguns meses e de suas discussões saiu o artigo "Antes que seja tarde" de coronel Maciel, publicado na última segunda-feira. Como se esperava, o Ministério da Aeronáutica puniu o coronel, lotado há pouco tempo em seu próprio Estado-Maior em Brasília, despachado agora para 15 dias de prisão em Lagoa Santa, uma extensão de Belo Horizonte.

A punição do coronel, que agora deve pedir passagem à reserva, era esperada, mas não tão branda. Por isso, a publicação do artigo paralisou as reuniões do grupo, mas pouco tempo. "Está tudo parado", anunciou, ontem, um dos seus integrantes, numa capital próxima ao Rio de Janeiro, enquanto se preparava para a futura reunião.

A paralisação foi por poucos dias exatamente por causa da punição, que se considerou branda. O artigo do co-

ronel chegou a criticar os ministros militares e o presidente da República, mas a punição aconteceu em condições consideradas suaves: pena pequena e ordenada pelo chefe imediato do coronel, o chefe do Estado-Maior, brigadeiro Roberto Camarinha.

No Estado-Maior da Aeronáutica, se considerou a punição "extremamente grave", mas os amigos do coronel acreditam que ela poderia ser mais pesada se partisse de uma autoridade superior ao chefe do Estado-Maior da Aeronáutica ou se fosse acompanhada de um inquérito para apurar as circunstâncias em que Maciel escreveu e publicou o artigo.

O caso faz lembrar outra indisciplina que aconteceu no Exército em março, quando o coronel Brilhante Ustra editou um livro para se defender das acusações de tortura. Ustra não recebeu punição e ainda conseguiu assegurar uma vaga na lista de promoções a general — não foi promovido, mas arrebatou condições técnicas para as próximas promoções, o que impediu sua transferência automática à reserva.

Tudo isso estimula as discussões políticas, tendo como base geográfica o Rio de Janeiro, centro de importantes garnições militares e palco da missa encenada em memória do brigadeiro Eduardo Gomes na noite do dia 13, um sábado, dois dias antes da publicação do artigo, para reunir amigos do coronel.

Todos se excitaram com a edição do novo Cruzado, no último dia 12, porque, se não for certo, vai aprofundar a crise geral e abrir espaço para uma intervenção militar sobre o regime constitucional ou não.

País não suporta novo regime de proveta

MARCELLO CERQUEIRA

A limitada experiência parlamentarista do 2º Reinado iria ser interrompida com a Primeira República, que preferiu o formato jurídico da ordem constitucional adotada nos Estados Unidos da América do Norte. Os republicanos queriam diferenciar-se do regime monárquico que haviam derrubado.

A nascente República nada teria com o passado; o futuro era a América e sua ordem constitucional, afinal malcoopiada pela Constituição de 91.

Os poderes atribuídos ao Presidente da República, entretanto, mais se aproximavam do modelo imperial anterior.

Nem a mediação do Gabinete, ainda que sem autonomia face à Coroa, a Primeira Carta Republicana admitiu. Sem autonomia por isso o imperador detinha o Poder Executivo, além do Moderador, o Chefe do Gabinete era mero preposto seu.

O que caracteriza o parlamentarismo (desde a monarquia da Casa de Hannover, Inglaterra, 1714) é a regra segundo a qual o Chefe do Governo detém a confiança da maioria parlamentar e deve demitir-se na hipótese de perdê-la.

No 2º Reinado, o Gabinete dependia até do capricho do imperador.

A República não iria estabelecer controle parlamentar (ou judiciário) efetivo dos poderes presidenciais, que o tempo só fez aumentar e definitivamente atrofiar os outros poderes (Legislativo e Judiciário).

O sistema de Governo iria servir à Oligarquia, que se consolidaria fortemente na Primeira República; ao populismo, ao fascismo, ao desenvolvimento aliado ao capitalismo estrangeiro, aos militares.

As sucessivas fases ditatoriais iriam servir-se do presidencialismo, até exarcebando seus poderes. Os presidentes da última ditadura militar substituíam-se na liturgia de um inalterado sistema de Governo.

O sistema presidencial não contribuiu para a estabilidade política na República. Muito ao contrário, o excesso de poderes do Presidente anima a ideia do golpe de estado como solução para as crises.

Não fossem tão concentrados os poderes e talvez dificultadas fossem as mudanças de governo pela via prussiana.

A crise poderia ser resolvida com a simples queda do Gabinete e sua substituição por um outro, que buscasse sua superação e não com a derrubada do Presidente, com seu cortejo de tenebrosas medidas.

lamentarista o "poder militar" venha a ter menor presença no aparelho do Estado.

Hoje, são seis os ministros militares — a saber: Marinha, Exército, Aeronáutica, Casa Militar, SNI e EMFA.

De regra, o parlamentarismo se organiza com um ministro da Defesa, geralmente civil, e três subsecretários para as Armas.

O parlamentarismo tende a conter em muito a desenvoltura militarista e não é por outra razão que os "falcoes" estão se opondo à sua adoção.

Podem até a experiência parlamentar resultar infrutífera para reduzir o poder militar. Entretanto, no presidencialismo, comprovadamente, é que não se vai conseguir.

IV

As críticas geralmente aceitas contra a adoção do parlamentarismo são: (a) O parlamentarismo precisa de partidos estáveis como sua condição; e (b) estável burocracia, também.

E verdade. Mas também não é menos verdade que o presidencialismo não permitiu a criação de partidos estáveis e estável burocracia.

Sem legalidade permanente, não pode haver permanência partidária.

(A) A elite brasileira tem verdadeiro horror a qualquer forma de organização da sociedade; o populismo também. Partido político não fica de fora dessa regra. Ao longo da história do País, são frequentes os casos em que o Governo dissolveu os partidos políticos. Para ficar por perto, os partidos dois foram criados pelo então ditador: o PSD para lhe dar sustentação conservadora; o PTB para a popular) foram dissolvidos pelo AI-2.

Em 1966, e os partidos que então o regime criou iriam ser dissolvidos em 1979. Em partidos de esquerda, nem falar. Fica-se num curioso dilema: não se tem parlamentarismo porque faltam partidos estáveis e não se têm partidos estáveis porque o presidencialismo não o permite. Nada indica que a adoção, agora, do modelo parlamentarista não se constitua em impulsor e organizador da vida partidária. Historicamente, o parlamento antecede os partidos políticos — deles não dependeu. Antes, possibilidade sua organização.

(B) Os mesmos argumentos podem parcialmente servir à questão dos funcionários públicos. O presidencialismo desnaturou a função, descolou o mérito, não admite quadros de carreira consistentes; burla a Lei da Admissão por Concurso de Provas e Títulos, pratica nomeações de caráter apenas eleitoreiro,

mesmo contra expressa disposição legal; muda as administrativas, a cada mudança de Ministro ou presidente de estado; criou, à margem das carreiras, as funções de DAS e FAS — enfim, operou no sentido de alijar também o Estado ficar desguarnecido da proteção de seus funcionários e aberto a toda sorte de nomeações sem critério e animadoras dos excessos de despesa com pessoal, do mandonismo, do apadrinhamento, do mandarinar, da corrupção. Nada indica que, mantendo-se o presidencialismo, tal situação se reverta. Por outro lado, é fácil fixar regra de estabilidade da burocracia: os países civilizados as adotam. A transição seria operada pelos próprios funcionários, por comando legal. Essa questão é evidentemente mais simples que a questão partidária, que envolve o poder diretamente, a intermediação com a sociedade, a organização superior dela.

Outro argumento contra o parlamentarismo, usualmente encontrado à esquerda, é o de que um presidente eleito está mais apto a promover as reformas do que um Congresso sempre mais conservador.

Seria mais fácil às forças populares eleger um presidente progressista, que realizasse as mudanças.

O argumento não deixa de ter o seu fascínio, embora esbarre na vida.

Falsa a ideia de que o presidencialismo tenha permitido a eleição de um presidente progressista e democrata, conjugação indispensável para operar mudanças, entre outras. As eleições, quando ocorrem, têm-se dado entre candidatos conservadores, restando às forças populares escolher entre o menor dos males. Também, para não ir muito longe, vejamos a partir de 1945: com a redemocratização, a disputa entre o marechal Dutra e o brigadeiro Eduardo Gomes; a sucessão do Marechal entre Getúlio Vargas (que não iria completar o seu mandato) e novamente o brigadeiro; depois, JK versus o marechal Juares Távora; em seguida, Jânio Quadros, contra o marechal Lott; após, só ditadores, até 1985.

Radica justamente no segundo período de governo de Getúlio Vargas a demonstração da tese: o presidente progressista faz mudanças.

Dando de barato o caráter progressista do 2º Governo Vargas, e sincera e honestamente abstraindo o componente fascista de sua carreira política, a prova dá-se ao inverso: é feito contra o feiteiro. O presidente progressista tenta operar as reformas, não consegue, é parcialmente deposto por um golpe de

Estado e comete o suicídio.

Mas tal argumento pula por cima da história e vai encontrar em Jango a prova exemplar. E aí, então, é pior. Primeiro, que Jango não foi eleito presidente e sim vice. Teria sido eleito presidente? É mera especulação, não contribui para a discussão, mas dificilmente poderia se eleger presidente. O exemplo, da sua eleição a vice de um presidente tanto desequilibrado quanto golpista é argumento de morte contra o presidencialismo.

Jango, para tomar posse, foi obrigado a conceder a diminuição de seus poderes aos militares rebeldes. O parlamentarismo aparece como conciliação e não como escolha de sistema de governo.

Mas também aí o contra-argumento é definitivo: o presidente progressista tenta realizar as reformas de base e é deposto.

A experiência mostra, para quem quiser ver, que as mudanças dependem do conjunto das forças políticas, da relação de forças entre elas.

Desgraçadamente, o presidente progressista, desassistido de forças populares organizadas e que saibam operar consistentemente uma política de frente democrática, acaba facilitando o que não deseja: o golpe de Estado e o retrocesso político.

O argumento nutre-se ainda da ideia mágica de transformação social.

Um presidente escolhido pelo voto e "eleito pelos deuses" é capaz de rapidamente mudar a ordem das coisas.

O messianismo como argumento político é evidente manifestação de atraso cultural.

O excesso de poderes no presidencialismo também estabelece uma lógica mais perversa no sistema de alianças políticas, facilitando ao titular da República a composição de forças por cooptação: interesses locais, especulativos ou patrimoniais seriam satisfeitos em troca de apoio e independentemente da eficácia das obras ou da moralidade dos atendimentos.

A concentração exacerbada de poderes pode levar a uma malha de interesse e vontades indiferentes às necessidades do País e ao interesse público.

O rei é naturalmente bom e vai fazer o melhor por seus súditos, independentemente do grau de organização, coesão e articulação das forças democráticas.

putados ao Estado. A Nação e o povo pagam a conta.

VI
A experiência parlamentarista republicana veio, como se sabe, para resolver a crise com a renúncia do presidente Jânio Quadros.

Imposição da direita e dos militares rebeldes, foi recebida, e muito justamente, com suspensão pela população. Era fatal, ao tempo, esse tipo de apreciação, especialmente no País sem o trato da negociação como forma eficaz de ação política.

O balanço do parlamentarismo não pode, hoje, abstrair a adesão a determinada forma de Governo, deixar de ser positivo.

Os "Gabinetes" foram razoavelmente progressistas e eficientes.

Por ironia, o (primeiro) primeiro-ministro vai ser, mais de vinte anos depois, a esperança do fim da ditadura.

O saudoso presidente Tancredo Neves iria comandar a difícil fase de transição do governo militar para o civil; e com inexecúvel competência.

VII
E que forças se congregaram contra a experiência parlamentar?

Todos os candidatos a Presidente da República (além do próprio), independentemente de coloração política, tudo sob o gentil patrocínio do Banco Nacional, o banco que estava ao seu lado...

Posteriormente, os mesmos candidatos impulsionaram (ou depois se uniram) o golpe militar, na santa ilusão de que estavam apenas se acotovelando na estrada que leva ao Planalto.

Os democratas também apoiaram a volta ao sistema anterior, mesmo os de tendência parlamentarista ou os que gostariam de melhor viver o experimento. Tratava-se de resgatar uma forma de Governo de um golpe de Estado, independentemente de uma ampla discussão na sociedade sobre a experiência.

O parlamentarismo foi adotado em momento errado e substituído em mau momento.

VIII
Novamente o presidencialismo uma seta antagonista da política, que, por motivos diversos e caminhos diferentes querem na nova Constituição.

Estão certos os candidatos a candidatos da área reacionária ou exageradamente conservadora.

Mas será que os liberais e progressistas não vêm que é mais factível a eleição de um presidente avançado num regime parlamentar? (eleição direta e sempre por maioria absoluta). Não percebem que e exatamente aí que se encaixa o exemplo de Jango? — governou

com relativa tranquilidade de parlamentarismo e foi derrubado no presidencialismo e viu um retrocesso que absolutamente não queria.

A América Latina sofreu o drama de um Presidente da República que, eleito no sistema presidencialista e sem maioria absoluta, não conseguiu operar as reformas, foi deposto e assassinado, e seu país vem sendo vítima, desde então, de ditadura. O sacrifício do povo chileno e o martírio de Salvador Allende não servem como experiência aos liberais e democratas de todas as tendências? Aos homens de boa vontade, enfim?

IX

E certo que esses exemplos sensibilizam significativos setores do Congresso Constituinte. E parece tão forte a tendência a adotar-se o parlamentarismo que seus adversários se escoram na trincheira do que estão chamando de "presidencialismo-híbrido" ou "parlamentarismo-misto", que é justamente a soma do que há de pior em ambos os sistemas de governo: ruim somado a ruim vai dar pior, nem mais ou menos.

Esses casamentos de ocasião não podem dar certo, especialmente na oportunidade por que vive o País: a de passar a limpo seu "entulho" constitucional.

O povo, na sua infinita sabedoria, chama esse tipo de arranjo de mistura de "jacaré com cobra d'água", ditado que tem sua variante sambista, adotado que é na Catedral do Samba, a minha querida Estação Primeira da Mangueira: a ala dos compositores, a que tenho a subita honra de pertencer, costuma a chamar os "sambas de arrumação" de "boi com abóbora".

O que a Nação espera é que o Congresso Constituinte aprove um tipo de Governo que assegure a estabilidade política, para que o povo possa avançar no sentido da defesa da Pátria.

Que a elite do poder e os senhores da guerra permitam ao País viver essa experiência e que se marque, desde logo, um plebiscito para daqui a alguns anos. Colocado à prova o novo sistema, ao cabo do tempo determinado para a experiência, o povo seria chamado às urnas. E o referendo popular diria que se deve mantê-lo ou se se prefere o sistema anterior.

E partir para o novo, sem acertos ou arranjos, mistura de "jacaré com cobra d'água", ou "boi com abóbora".

(Sem regime de proveta.

(Marcello Cerqueira foi deputado federal e consultor-jurídico do Ministério da Justiça. E escritor, advogado e professor de Direito Constitucional.)

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
TOMADA DE PREÇOS Nº 008/87 - PRC
OBJETIVO: Execução das Instalações de Luz e Força, com fornecimento e instalação de equipamento "NO BREAK" e estabilizador de tensão, do Núcleo de Processamento (CSM), no subsolo do Prédio da Reitoria-UNB - Campus Universitário - Brasília-DF.
ABERTURA: 07 de julho de 1987, às 15 horas.
INFORMAÇÕES: Prefeitura do Campus, diariamente das 8 às 12 e das 14 às 18 horas.

Ah!... Como o português é hospitaleiro! E quanta emoção ao se ouvir o fado ou ver a Torre de Belém!
Olé!... É fascinante acompanhar a saudação do povo de Espanha aos seus heróis nas praças de touros.
Olá-lá!... Que outra cidade, a não ser Paris, tanto deslumbram nossos olhos e tanto conforta nossos corações?
Yes, Sir!... Pontualidade, Elegância, Civilidade, Tolerância... certamente, as grandes virtudes do Homem residem em Londres.
Nossa!... Não se sabe o que brilha mais em Amsterdã: os diamantes expostos nas vitrines ou os olhos das mulheres que entram nas lojas?
Pregoi! Aqui, uma aula de História... ali, uma aventura bem romântica... Roma é tudo isso... e pizzas deliciosas, também!
Nada supera o prazer de descobrir

MINHA PRIMEIRA VIAGEM À EUROPA.
Um roteiro "dinâmico", incluindo as emoções de Lisboa; a fascinação de Madrid; os vinhos de Bordeaux; a beleza de Versalhes e a alegria do Bateaux Mouches em Paris; as compras em Londres; o encantamento de Bruxelas; Amsterdã, Cruzeiro do Reno; a Floresta de Frankfurt; os relógios de Zurich; Cruzeiro do Danúbio, Viena; as gondolas de Veneza; a arte de Florença e a eternidade de Roma.
Procure seu Agente de Viagens na sua cidade.
Dat. Jun. 28, Jul. 05 e 19 / Ago. 16 e 30 / Set. 13 e 27
DDG DISQUE DYNAMIC GRÁTIS (021) 800-6156
VARIG DYNAMIC TOURS A sua Operadora de Turismo